

Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI?

Ana Cláudia D. Cardoso

Ana Cláudia D. CARDOSO é PhD em Arquitetura; professora do PPGAU-UFPA; aclaudiacardoso@gmail.com

CARDOSO, Ana Cláudia D. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? . *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, dez. 2021

data de submissão: 16/04/2021
data de aceite: 23/07/2021

Resumo

Este texto aborda a complexidade do município amazônico como ilustração para reflexões sobre a necessidade do urbanismo do Sul-Global incorporar discussões socioambientais. Parte-se das teses sobre estruturação do espaço intraurbano e sobre corredores verdes e azuis com o suporte de revisão de literatura, mapas históricos, pesquisas de campo, dados disponíveis em bases oficiais e uso de geotecnologias. No percurso, o clássico espaço intraurbano foi ampliado, e a partir de uma perspectiva que reconhece os territórios de povos da floresta como parte de uma variante de trama verde e azul. Conclui-se que a um urbano estendido corresponde um periurbano estendido, invisibilizado e sob forte pressão para seu desaparecimento, mas que é portador de soluções para crises socioambientais e conflitos recentes estabelecidos entre a cidade histórica e os ciclos e processos da natureza.

Palavras-chave: Amazônia, urbanismo, trama verde e azul, periurbano.

Abstract

This text addresses the complexity of the Amazonian municipality as an illustration for reflections on the need for South-Global urbanism to incorporate socio-environmental discussions. It departs from the theses on intraurban space structuring and on green and blue corridors with the support of literature review, historical maps, field research, data available in official bases and the use of geotechnologies. Along the way, the classic intraurban space was expanded, and from a perspective that acknowledges the territories of forest peoples as part of a variant of green and blue grid. It is concluded that to an extended urban corresponds an extended periurban, invisibilized and under strong pressure for its disappearance, but which is the bearer of solutions to socio-environmental crises and recent conflicts established between the historical city and the cycles and processes of nature.

Keywords: Amazonia, urbanism, green and blue grid, periurban.

Resumen

Este texto aborda la complejidad del municipio amazónico como ilustración para las reflexiones sobre la necesidad de incorporar las discusiones socioambientales por el urbanismo. Parte de las tesis sobre la estructuración del espacio intraurbano y sobre los corredores verdes y azules con el apoyo de la investigación de campo, la revisión de la literatura, los mapas históricos, los datos disponibles en las bases oficiales y el uso de geotecnologías. Por el camino, el clásico espacio intraurbano se actualizó al urbano ampliado contemporáneo, y desde una perspectiva que reconoce los territorios de los pueblos del bosque como parte de una variante de tejido verde y azul. Se concluye que el espacio periurbano, hoy también extendido, y a pesar de las presiones para su desaparición, es portador de soluciones a las crisis socioambientales y a los recientes conflictos establecidos entre la ciudad histórica y la naturaleza.

Palabras-clave: Amazonia, urbanismo, trama verde y azul, periurbano.



A disputa de (cosmo)visões: do comum ao privado

Este texto pretende discutir a complexidade do município amazônico. Parte da perspectiva da região como uma área de conversão incompleta à racionalidade urbano-industrial, que se tornou hegemônica no Brasil durante o século XX, e que em razão dessa situação tem municípios que demandam premissas e formulações conceituais diferenciadas daquelas que apoiam a política urbana no país. As reflexões apresentadas apoiam-se em experiência de pesquisa e em atuação técnica, a respeito dos processos que afetam a região e sobre as circunstâncias de municípios paraenses, acumuladas no decorrer das duas primeiras décadas do século XXI.

Os anos 2000 foram uma década de formação de repertório. Após a aprovação do Estatuto da Cidade e o lançamento da Campanha dos Planos Diretores Participativos para desenvolvimento de Planos Diretores para municípios com mais de vinte mil habitantes, conduzida pelo Ministério das Cidades, houve uma mobilização de parlamentares, instituições e conselhos em busca do apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Pará – UFPA para o cumprimento da exigência federal por inúmeros municípios do Pará, em razão da insuficiência de dados sistematizados, dos elevados custos de levantamento ou da incerteza quanto a metodologias que considerassem as condições de áreas como o Baixo Tocantins, a região da Rodovia Transamazônica, ou o Sudeste e o Oeste Paraense. Neste período, a pesquisadora esteve envolvida em diagnósticos, treinamentos, e desenvolvimento de planos diretores para doze municípios das regiões do Baixo Tocantins, Sudeste e Oeste do Pará (CARDOSO, 2020).

Paralelamente a esta trajetória, uma experiência de reflexão importante foi realizada no âmbito do Observatório Conhecimento e Movimento Social na Amazônia – COMOVA, financiado pela Fundação Ford. O COMOVA articulou pesquisadores de diversas áreas de conhecimento na UFPA e pesquisadores convidados da UFAM, aos movimentos sociais de todas as regiões do Pará sob a coordenação da FASE Amazônia. O projeto fazia parte de uma parceria nacional entre a FASE e o Observatório das Metrôpoles, e teve uma produção acadêmica que procurava apresentar a região a partir de si própria (CARDOSO, 2006; CARDOSO, SILVA, 2007; TRINDADE JR et al, 2009), e uma experiência piloto de elaboração de Plano Diretor para o município de Belterra que foi premiada com o Selo Cidade Ci-

dadã, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados em 2007.

Nesta década, a Região Metropolitana de Belém também se consolidou como área de estudo da rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles, com núcleo de pesquisa baseado na UFPA. Isto viabilizou a pesquisa comparativa mais qualificada e perene com as demais RMs brasileiras investigadas na rede (CARDOSO, LIMA, 2015). Em meio a tantos estudos, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições para o Governo do Estado do Pará de 2006, ocasião em que a autora assumiu a coordenação geral das ações prioritárias da administração estadual, e em particular o planejamento das ações do PAC, aprofundando a compreensão da realidade municipal paraense (CARDOSO, 2020).

Os anos 2010 foram dedicados à consolidação da pesquisa e da pós-graduação. Merece destaque a articulação de pesquisa que resultou em um projeto denominado UrbisAmazônia, financiado pela Fundação Vale e pelo Instituto Tecnológico Vale (MONTEIRO, CARDOSO, 2012). Este projeto viabilizou uma investigação multiescalar e interdisciplinar do urbano amazônico contemporâneo¹, e iniciou investigações comparadas entre cidades e as microredes formadas entre elas e com as vilas e localidades sob sua influência, segundo uma agenda de pesquisa que investiga padrões espaciais, via combinação de geotecnologias (GIS, imagens de satélite e sensoriamento remoto) e pesquisas de campo, e segue em desenvolvimento em novos projetos de pesquisa, e está registrada em alguns dos artigos citados neste texto.

Dentre as interlocuções internas à UFPA geradas pelo UrbisAmazônia, destaca-se a estabelecida com pesquisadores que investigam a contribuição do setor agropecuário para a economia dos municípios da região, em busca de informação para o que acontece com o uso da terra e as formas de produção fora e no entorno das cidades. A partir do acúmulo da pesquisa sobre a economia dos municípios amazônicos, Costa et al (2021) destaca a concorrência entre sistemas agroflorestais complexos que descem dos Andes até a várzea dos grandes rios amazônicos, e a ação de empresas agropecuárias na região, hoje assumidas como hegemônicas. Esta última iniciada com a colonização portuguesa e intensificada a partir dos anos 1960, pelo aparato logístico e pela possibilidade de apropriação de terras públicas e desterritorialização de populações nativas.

¹ Na macroescala foram aplicados Modelos de Equilíbrio Geral Computável para a Amazônia Legal, e estudos sobre a rede urbana, refinando os estudos já desenvolvidos pelo IBGE (IBGE, 2008), ambos a cargo dos economistas do Cedeplar/UFMG. Para as escalas meso e local foram selecionados três recortes de estudo no estado do Pará, que estavam sob o impacto da mineração, da construção da hidrelétrica de Belo Monte, e da produção de soja, e eram representativos de diferentes intensidades de intervenção pública e privada na Amazônia. Pesquisadores das áreas da demografia, planejamento urbano, arquitetura e urbanismo e economia, baseados na Unicamp, UFPA, Cedeplar/UFMG, Inpe e FGV, se beneficiaram de resultados de missões de campo e de análises de sensoriamento remoto, para desvendar as inconsistências sugeridas pelos dados oficiais. Relatórios disponíveis em <http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:producao>, acesso em 20/07/2021.

Esta disputa entre visões, que se entrelaçam no território, traduz a divergência sobre como se relacionar com a natureza e com seus ciclos em toda a Amazônia brasileira (COSTA, 2021), se mantendo ou desmatando a floresta (ver figura 1a). Na mesoescala, vê-se mais claramente como, no estado do Pará, o urbano estendido produzido pela expansão capitalista se sobrepõe a territórios de comunidades e vilas, que compunham o padrão histórico de ocupação humana nativa e dispersa da região (ver pontos azuis na figura 1b). Observe-se que as atividades de exploração de madeira, de minério, do potencial hidrelétrico, fazendas de gado e campos de soja se beneficiam da malha de infraestrutura logística que articula áreas de exploração aos portos, e a partir destes às metrópoles globais, ao passo que as condições de vida na várzea têm se tornado mais difíceis por processos de degradação ambiental e por carência tecnológica (CARDOSO et al, 2018; MALHEIROS, MICHELOTTI, PORTO-GONÇALVES, 2021).

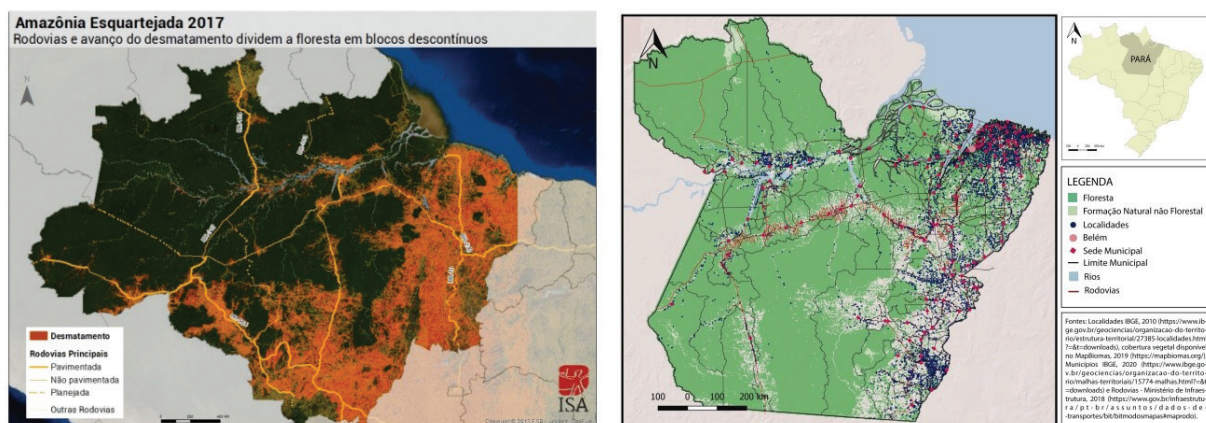


Figura 1

Esquerda (a) Representação do desmatamento na Amazônia em 2017 e da malha logística, elaborada pelo Instituto SocioAmbiental a partir de dados do PRODES/Inpe (disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/amazonia-esquartejada>). Direita (b) Mapa do Pará, com destaque para a distribuição de cidades (em vermelho) e localidades (em azul), contra a divisão municipal e a cobertura vegetal, fontes indicadas.

Fonte: Elaboração Kamila Oliveira (2021)

Na escala local a narrativa desta disputa torna-se bem mais complexa; entrelaçamentos históricos são desmantelados entre a cidade, que tinha uma mancha urbana bem delimitada, e uma hinterlândia crivada de vilas e localidades (CORREA, 1988). Nestas últimas, biodiversidade e ciclos naturais regiam formas de viver e produzir pautadas por uma visão do território como bem comum. Nas faixas adjacentes às cidades, estes territórios consistiam em obstáculos naturais – normalmente matas, várzeas e rios, que também

podiam assumir a formação de cunhas ou cinturões periféricos, muito maiores que as Áreas de Preservação Permanentes contemporâneas. Vistos sistemicamente, estes “espaços de natureza”, como diria Schultz (2012), eram instrumentais para a reprodução de ecossistemas vivos, regidos por ciclos naturais, e desenvolvimento das cadeias produtivas nativas ao mesmo tempo em que se constituíam em áreas permeáveis às águas abundantes na região.

Este é um serviço ambiental importante em sítios de planície como a várzea amazônica, escolhida pelos seus primeiros ocupantes – os povos indígenas, justamente pela abundância que proporcionavam (MEIRA FILHO, 2015; STOLL, FISCHER, FOLHES, 2017), e mantida pela economia mercantil do colonizador português, que tinha as feiras como as maiores centralidades urbanas (CORREA, 1988). Os colonizadores se apropriaram destes sítios aproveitando sua localização estratégica para o modal hidroviário, mas sem aceitar seus limites físicos, e desde o século XVII aterros e canalização de rios tornaram-se um “diferencial civilizatório” (MEIRA FILHO, 2015) para permitir o crescimento da cidade colonial, segundo uma postura não só antropocêntrica, como centrada no protagonismo masculino e na civilização industrial ocidental.

A observação atenta de documentos históricos sinaliza que tal visão colonizadora foi reeditada muitas vezes, sempre que novos vetores de expansão foram introduzidos nas áreas que (sob a perspectiva capitalista) se constituíam em “solo barato”, e como uma mera mercadoria, eram desprovidas de suas múltiplas funções.

Nas últimas décadas, a apropriação privada de terras públicas (constituídas pelo Decreto-Lei 1106/1070) favoreceu acumulação primitiva básica em cidades localizadas ao longo de rodovias federais, proporcionada pela conversão de uso de territórios ainda manejados por populações nativas, em novas tipologias próprias da cidade industrial/ capitalista, tais como os conjuntos habitacionais, condomínios fechados, plantas industriais e também pelas ocupações informais. O cercamento de terras e a instituição da propriedade privada tem sido o clamor de milhões de migrantes que foram atraídos como pioneiros para a região, exatamente pela possibilidade de acesso a quantidades de terra rural e urbana que lhes eram inacessíveis nas suas regiões de origem.

A transformação da hinterlândia em espaço periurbano

A partir deste ponto, na esfera da vida cotidiana, este entrelaçamento foi regido pela perspectiva colonizadora, via políticas federais. Até a década de 2010, apenas cidades com mais de 150 mil habitantes eram elegíveis às políticas urbanas de matriz metropolitana, e sem adaptações. Elas serviam (e ainda servem) de referências para as cidades menores.

No decorrer de décadas, a questão da expansão urbana foi enquadrada nos termos do conhecimento acadêmico e das práticas institucionais correntes. Conjuntos habitacionais foram construídos para trabalhadores assalariados – raros e normalmente ligados ao setor público, foram seguidos por loteamentos, ocupações informais e, já no século XXI, pelos condomínios de luxo. As políticas públicas e o saber técnico concebidos em outros contextos tornaram-se linha mestra na estruturação desse novo espaço intraurbano (VILLAZA, 1998), que neste contexto resultou na idealização de uma mancha urbana consolidada, que deveria tornar-se articulada por ruas e rodovias, e também contínua, após lucrativas intervenções técnicas (via construção de aterros e macrodrenagens).

A correspondência entre locais de trabalho e moradia, típica dos territórios nativos (SANTOS, 1999), e entre fluxos de mercadorias e pessoas dentre da hinterlândia e desta para a cidade (por estrada e rios) eram aspectos que não cabiam nesta concepção de cidade; e essa realidade passou a ser apresentada a partir de uma categoria pouco compreendida, e de definição variável – o espaço periurbano, reconhecido como espaço de transição, carente de dinamismo econômico e de infraestrutura, assim como reserva de valor para exploração por ocasião da expansão urbana (MIRANDA e MORAES, 2011; NAKANO, 2011). A observação dessas hinterlândias por meio de imagens de satélites via recursos como a plataforma MapBio-mas (<https://mapbiomas.org/>), indica que as áreas de floresta adjacentes ou do entorno próximo, base para as formas de produção nativa, foram gradualmente reduzidas, destinadas a novos setores produtivos ou para a oferta de segundas residências, para usufruto das amenidades naturais que se tornavam cada vez mais escassas dentro da cidade. Contudo, estas atividades foram precursoras de suas versões contemporâneas, que são produtoras de commodities orientadas para o metabolismo urbano global (soja, minério, energia hidroelétrica) conforme quantificam Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021).



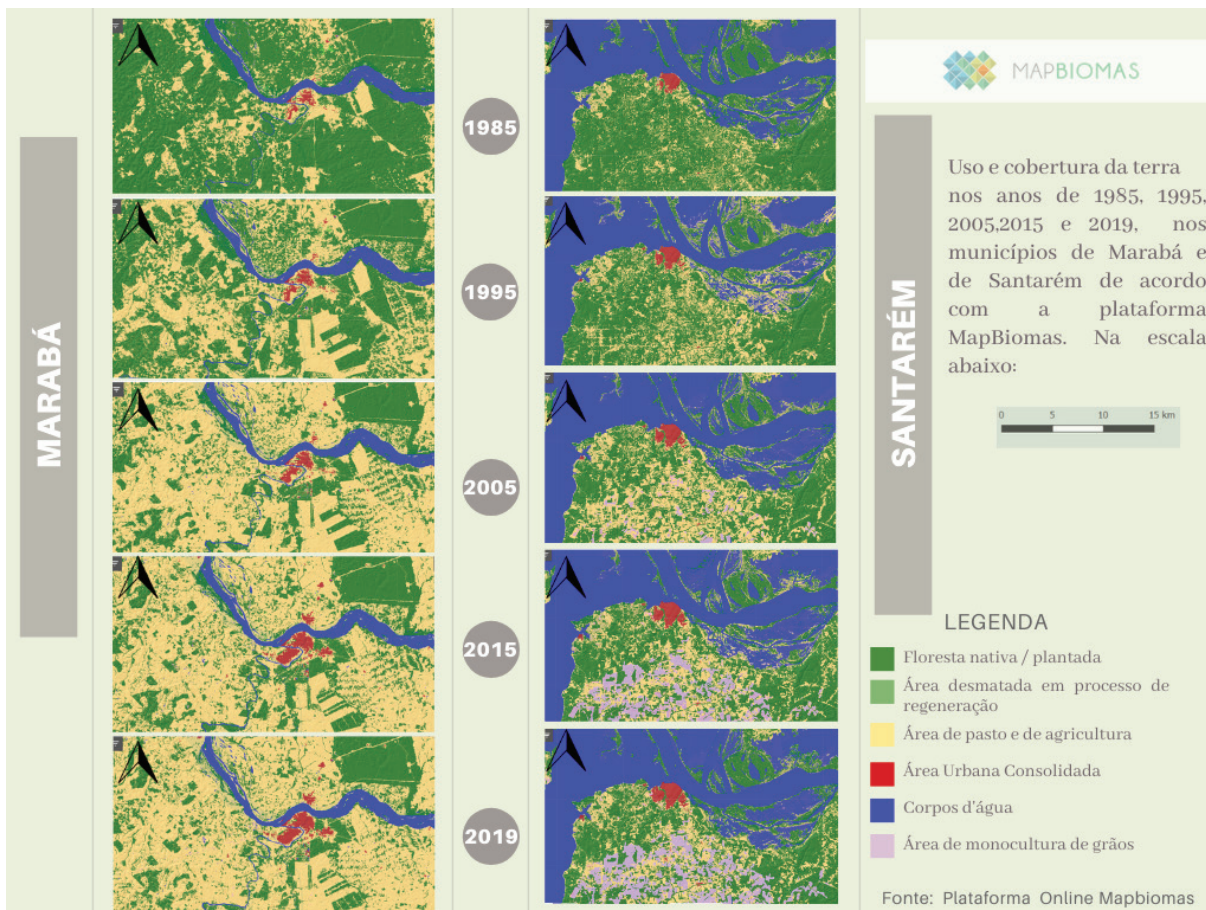


Figura 2
Evolução da transformação do entorno das cidades de Marabá e Santarém (Pará)
Fonte: Elaboração Cristina Cardoso, 2021

A figura 02 ilustra como este processo de desmatamento afetou o entorno das maiores cidades do Pará fora da Região Metropolitana de Belém, Santarém e Marabá, no decorrer de trinta e quatro anos.

Contudo, estas novas atividades produtivas não geraram o trabalho assalariado análogo ao da indústria, que no século XX inspirou políticas públicas seminais (HALL, 1998), e ainda expulsaram as comunidades nativas de seus territórios para as várzeas internas às cidades, que ainda se mantinham como cunhas permeáveis, destinadas ao cultivo ou à criação de animais. Esta ruptura nas estratégias de abastecimento era compensada pela chegada de alimento por rodovias, de outras regiões que incorporaram o norte brasileiro como mercado consumidor. Além de ameaçar a soberania alimentar e aumentar o nível de emissões de CO₂, esta mudança desqualificou o conhecimento nativo e promoveu exclusão socioeconômica.

Tais transições foram apresentadas como efeitos colaterais do progresso, e não causaram estranhamento nos profissionais que atuavam na área do urbanismo e planejamento urbano e regional, visto que a formação superior era calibrada para oferecer formação técnica, politicamente acrítica, direcionada para contextos de menor diversidade de atores sociais. Na prática, disseminava repertórios técnicos homogeneizadores da paisagem florestal e assumia horizontes temporais mais curtos que os ciclos naturais já conhecidos das populações nativas por séculos. Esta cultura profissional foi grande contribuição para a simplificação da complexidade real, que emergiu a partir do choque entre as racionalidades concorrentes na região.

A necessidade de novas perspectivas para o urbanismo

Tsiomis (2004) alertou sobre a formação profissional de arquitetos urbanistas ainda ser focada na cidade histórica e consolidada na problematização das cidades a partir das diferenças entre centro e periferia. Talvez por isso a área se mantenha relativamente resistente à incorporação dos conhecimentos trazidos pelas ciências da terra, da vida, ou das geotecnologias, e enfrente tantas limitações para incorporar plenamente a discussão socioambiental. O autor destaca o quanto (múltiplas) escalas, atores e temporalidades são chaves importantes para o conhecimento físico/espacial do território e para o futuro do urbanismo.

É provável que isto se deva à forte influência do pensamento neoclássico na reflexão sobre as cidades, com seu foco na compreensão dos fluxos de pessoas e mercadorias e da lógica da localização habitacional², e ao fato deste pensamento ter se universalizado, apesar de ter se proposto explicar a estruturação da cidade industrial ocidental. A partir dessa fundação, o urbanismo privilegiou a “cidade histórica”, com suas estruturas residenciais, de produção e de transporte para a investigação do espaço intraurbano (VILLAÇA, 1998); este foco foi brilhantemente criticado e complementado por marxistas e institucionalistas (SINGER, 1982; FARRET, 1985) que adicionaram camadas referentes à concepção produtiva, à divisão da sociedade em classes e à difusão da propriedade privada da terra.

Nas últimas décadas novas críticas apoiam novas espacialidades, adicionando a crítica feminista à forma como a noção de bens comuns e do cuidado foram desvalorizados pelo capitalismo (FEDERICI, 2017), as discussões sobre o quanto a cidade é um meta-

² A visão neoclássica destaca os atributos físicos do lote, de seu entorno e sua fertilidade construtiva para explicar a distribuição de usos, a construção de centralidades, e o estabelecimento do valor das localizações, mais do que das edificações, na cidade (FARRET, 1985; SINGER, 1982).

bolismo socionatural que depende de recursos ecossistêmicos como água e ar, e que se constitui como um híbrido que expressa dialeticamente relações de poder (SWINGEDOW, 2009); da possibilidade de uso da infraestrutura verde, para uma convivência ótima entre humanos e natureza, sob o aspecto da regulação de temperatura, do controle de inundações, da redução de emissões e da contaminação química de solo e água, e dos benefícios dessa abordagem à saúde humana (CAMERON et al, 2012); sobre a forma como o crescimento exagerado das cidades afastou a produção de alimentos, em consequência da supervalorização da cidade em relação à sua hinterlândia, em benefício da propriedade privada e da indústria de alimentos (STEEL, 2013), e sobre o inexorável entrelaçamento entre processos urbanos, decorrentes das condições de uso e ocupação do solo, e os processos naturais, que são determinados pelo sítio e clima, e sobre a necessidade de respeito às bacias hidrográficas no planejamento territorial (SCHULTZER, 2012). Estas são algumas vertentes contemporâneas, dentre muitas outras, que oferecem lentes teóricas capazes de valorizar as práticas socioambientais e espaciais nativas da Amazônia que já se encontram em processo de desvanecimento.

O século XXI demanda um amadurecimento do urbanismo de modo a atender a complexidade dos municípios inseridos em contextos periféricos, que não estão completamente convertidos à lógica hegemônica. Demanda o reconhecimento da existência de outros modos de vida, de outras formas de produção e apropriação da terra, que coexistem com o sistema capitalista, mas não são completamente regidas por ele, embora articulados às economias urbanas que os polarizam (POLANYI, 2000). Valorizar as práticas nativas significa adotar uma visão mais biocentrada (GUDYNAS, 2019), que não seja pautada nas necessidades do homem, mas no respeito ao relacionamento virtuoso entre populações e natureza, crescentemente perseguido no mundo, em função do avanço da crise climática e ambiental.

A Amazônia é um laboratório diferenciado para esta discussão, porque suas formações naturais sempre estiveram (muito e bem) habitadas por populações nativas (povos indígenas, comunidades quilombolas, famílias ribeirinhas) e por camponeses migrantes que assumiram o marco tecnológico já praticado na região (HECKENBERGER et al, 2008; COSTA, 2019). E por isso permite a subversão didática do olhar habitual sobre dados, mapas, representações, linguagens e símbolos, associados a visões já assumidas oficialmente

como hegemônicas. Esta mudança de perspectiva encontra apoio na reflexão de teóricos sul-americanos, que situam estes grupos nativos minoritários a partir deles mesmos, de suas cosmovisões, de seu saber sobre como obter o necessário para a vida digna, para o bem viver no campo e na cidade (CUSICANQUI, 2015; ACOSTA, 2016). A partir do reconhecimento da importância do trabalho ligado à biodiversidade do bioma, realizado nos interstícios, no entorno e fora das cidades, potenciais espaciais da sociobiodiversidade amazônica poderão inspirar a regeneração ambiental genuína e socialmente inclusiva para os contextos, brasileiros ou não, mais convertidos.

Esverdeamento ou virada ambiental para municípios da floresta?

No Brasil, a completa separação de políticas urbanas, rurais e ambientais promoveu a imposição institucional de uma dicotomia urbano-rural. No âmbito rural, os conflitos que emergiram de ações de grilagem em terras públicas da Amazônia, após a Constituição de 1988, mobilizaram atores sociais e instituições públicas para a constituição de mosaicos de assentamentos especiais em terras públicas fora e ao redor das cidades, que se tornaram refúgios para a população nativa, salvaguardando comunidades, matas, rios e biodiversidade (FOLHES, 2010). A figura 03 mostra como, no Pará estes assentamentos se concentram nas áreas de várzea de grandes rios (principalmente

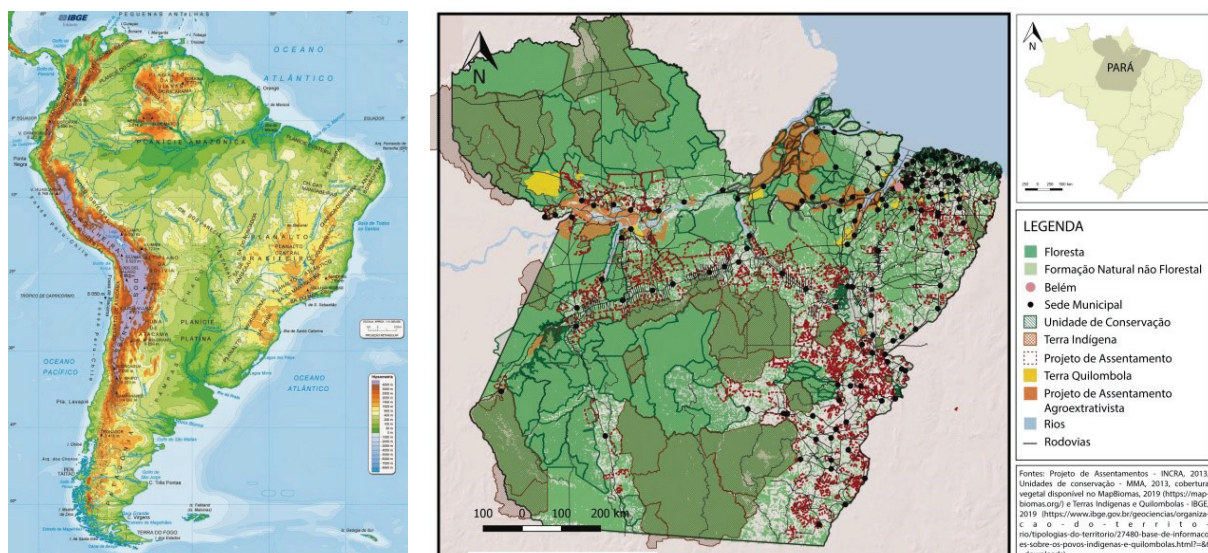


Figura 3
Esquerda: geomorfologia da América do Sul, com recorte correspondente ao Pará. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=69773&view=detalhes>. Direita: mapa com mosaico de assentamentos especiais em terras públicas no Pará, foco na correspondência entre assentamento agroextrativista e várzeas, e entre floresta e mosaico de terras protegidas. Fonte: Elaboração Kamila Oliveira (2021)

Amazonas e Tocantins) convergindo para a zona estuarina do arquipélago do Marajó, onde resistem muitas práticas nativas e a produção extrativista é levada para as feiras públicas nas cidades e vilas próximas, preservando a base da identidade e a soberania alimentar local.

Contudo, há diversas ações oficiais em curso para reduzir e extinguir tipologias deste mosaico. Concomitantemente, a “natureza” tornou-se uma abstração dentro de perímetros urbanos, especialmente nas cidades criadas a partir da implantação das estradas, em municípios que têm economia ligada à destruição da floresta. A ação municipal improvisada negligenciou a fisiologia da paisagem e permitiu que diretrizes de sistema viário e ocupação negassem relevo e suprimissem massas vegetais e várzeas desde o oeste até o sudeste paraense (CARDOSO, MELO, GOMES, 2016; MELO, CARDOSO, 2014; GOMES et al, 2017; CARDOSO, CÂNDIDO, MELO, 2018; CARDOSO et al, 2018).

A prática de uma política urbana genérica tem promovido transformações nas cidades mais antigas, cujos centros eram diretamente ligados aos rios. O rio como lugar da mobilidade, do comércio das feiras e do lazer, e eventualmente da moradia ribeirinha em palafitas, vem sendo transformado em espaço público genérico, em orla monofuncional, enquanto o uso público das margens dos rios internos é direcionado para as áreas verdes e praças de novos loteamentos, e os cursos d’água são transformados em canais de esgotamento sanitário (CARDOSO, MIRANDA, 2018; PONTES, CARDOSO, 2016). O adensamento por ocupação informal da várzea promove a desconexão com o rio seja por meio do aterro e drenagem ou por meio da adoção das lajes e estruturas de concreto construídas sobre as águas (CARDOSO, 2008; CARDOSO, VICENTE, BRITO, 2021). A partir desse *modus operandi* a natureza pode ser cada vez mais circunscrita a não cidade, delimitada em áreas protegidas, de modo a não tencionar os interesses e processos de apropriação da terra urbana ou a se constituir em reservas de valor para exploração em momento posterior.

A carência de políticas em apoio às práticas socioambientais nos municípios, e particularmente nas cidades, acentua o racismo ambiental, comodamente camuflado por falta de informação e pela invisibilidade social dos grupos que seguem cosmovisões ancestrais ou que produzem a partir do bioma. Ou seja, a intrincada articulação que foi formada historicamente entre cidade e espaços vegetados adjacentes (seja

florestas, campos ou várzeas) vem sendo rompida rapidamente, sem que os espaços de natureza sejam ampliados dentro das cidades; ao contrário disso, a expansão urbana e o adensamento de áreas ocupadas tornou-se a regra, dada a subordinação da produção do espaço aos interesses do mercado, especialmente a partir de 2010, quando o capital financeiro intensificou sua participação nos diversos extratos de produção habitacional (e níveis da rede urbana) por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e de produtos imobiliários como os bairros planejados e condomínios (MELO, 2020; MELO, 2015; CARDOSO, OLIVEIRA, GOMES, 2020).

Vale ressaltar, que tudo isto se passava enquanto emergia o pensamento sobre o esverdeamento urbano no Norte Global (ANGELO, BASTOS, 2020), e quando a incorporação das contribuições da ecologia da paisagem pelo urbanismo europeu levava à proteção de corredores ecológicos, mais tarde institucionalizados como tramas verdes e azuis, seguindo um foco estritamente ecológico (ex.: Lei francesa nº 2009-967/2009). As tramas deveriam apoiar a recuperação da biodiversidade e também auxiliar a difusão de novas dinâmicas territoriais, baseadas na reciclagem de localizações e paisagens modificadas pela indústria mineral, para fomento de atividades “limpas” (ligadas à cultura e ao turismo), de modo coerente com a realidade de sociedades urbanas e pós-industriais (MOURÃO, COSTA, 2018). As intervenções para adaptação das cidades (ex.: transferência de autopistas para o subsolo, “recuperação” de rios e matas ciliares) dinamizaram setores da indústria da construção civil e valorizaram localizações do ponto de vista fundiário, repaginando a “cosmovisão” capitalista.

Como tais possibilidades de lucro não se aplicam às cidades amazônicas, pequenas e improvisadas, a exploração dos recursos naturais e do solo se manteve como alternativa mais lucrativa que seu manejo ou proteção, à revelia do que tais recursos significavam para as populações nativas. Fatores como o desmatamento, a desterritorialização de comunidades, a periferização das cidades por meio de assentamentos precários, ou o conflito entre os tempos sociais e os tempos da natureza, adoeceram as cidades. Ilhas de calor, inversões térmicas, esterilização do solo, mudanças na hidrodinâmica e na geomorfologia e empobrecimento dos ecossistemas são ameaças que se combinam à conversão de floresta em pasto, em área de monocultivo, ou em estruturas urbanas, sempre associadas à exclusão socioambiental dos povos nativos e camponeses.

O mesmo acontece dentro da mancha urbana por redução de quintais produtivos, supressão de matas e de hortas comunitárias em áreas de várzea (CARDOSO, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2019; MIRANDA, 2020). Do ponto de vista físico, a extensão indiscriminada de mancha urbana (e a impermeabilização de solos) em sítios planos e encharcados como os da planície amazônica intensifica os alagamentos e cria as áreas de risco do ponto de vista geológico; contudo, a conversão de uso da terra no limiar das cidades, vilas e comunidades também causa risco epidemiológico ao reorganizar a paisagem de produção e construir novos parâmetros de exposição e contato, nos ciclos de várias doenças emergentes e reemergentes em florestas tropicais (CODEÇO et al, 2021).

A constituição de assentamentos lineares ao longo de estradas que emendam as cidades inseridas em áreas onde há produção de commodities, manifesta aquela urbanização descrita por Santos (2013) como incompleta, seletiva e derivada, justificada por interesse econômico, extensiva e direcionada para o atendimento de demandas cada vez mais impostas pelo metabolismo global. Nisto confirma também a tese de Brenner (2014), de que já ocorre apropriação de territórios cada vez mais distantes e remotos do planeta para atendimento das demandas metabólicas contemporâneas em escala planetária.

Esta urbanização se sobrepõe à trama constituída por comunidades e suas áreas de produção, que é vista como obstáculo ao lucro. Há pressões de leis federais (No. 11.925/2009; 13.465/2017) para regularização de terras griladas e extinção dos assentamentos especiais que permitem a presença de povos nativos em terras públicas, sem que haja previsão de incorporação/tratamento desses espaços pela gestão municipal, instância que sempre é mais susceptível às pressões políticas e econômicas locais, exercidas por grupos interessados na acumulação primitiva que a expansão urbana oferece, especialmente em lugares de destacada beleza cênica.

Na figura 4, esta trama é simulada de modo bastante preliminar por meio da aplicação de um raio de 5 km a partir de cada vila, como representação da área de produção de grupos que dependem da floresta viva. Esta estimativa de área baseia-se em experiências de campo em vilas inseridas em assentamentos Agroextrativistas no Oeste Paraense e no Baixo Tocantins. Observa-se que esses círculos formam uma trama periurbana que é muito mais extensa do que a cidade histórica. Trata-se de um espaço periurbano esten-

dido, onde manter o que sempre existiu, e produzir em coexistência com a floresta, será a efetiva virada ambiental na região, bem mais radical do que o esverdeamento de áreas antropizadas da prática europeia. Entrevistas realizadas no âmbito do projeto Contracartografias (ver vídeos em <https://www.urbanapesquisa.net/contracartografias>) indicam que este curso também apoiará o trabalho de mulheres, o associativismo e a ação coletiva, as cadeias curtas de produção de alimentos e a preservação do patrimônio cultural e ambiental local.

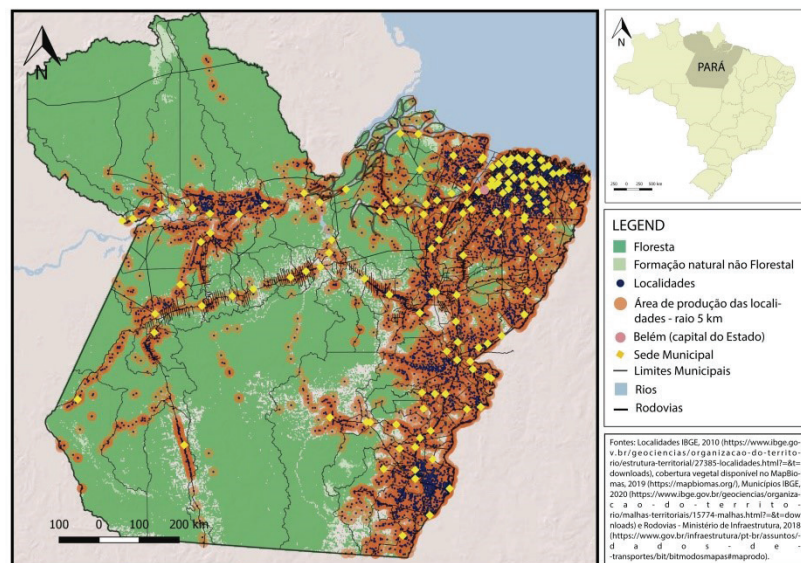


Figura 4
Simulação de um espaço periurbano estendido constituído a partir das vilas dos municípios paraenses
Fonte: Elaboração Kamila Oliveira (2021)

Considerações finais

A Amazônia evidencia a disputa entre práticas há muito testadas e refinadas ao longo do tempo, conforme os ciclos longos da natureza, e a urbanização baseada na destruição e recriação da natureza como simulacro operacional (BAUDRILLARD, 1991). O contexto amazônico requer urbanismo e planejamento territorial capazes de reconhecer diversas narrativas como válidas, de mediar os conflitos que se revelam quando todas as escalas são articuladas, e de priorizar soluções duráveis, adequadas aos ciclos da natureza em um bioma tão importante em escala planetária. Nestes termos, demanda uma concepção de estruturação urbana que reconheça os divesos marcos cultural, político e econômico que seguem em disputa; que conceba territórios de viver e produzir como novas tipologias

dentro de um urbano extensivo (que articula espaço e política), para além das dicotomias urbano–rural e formal–informal, capaz de lidar com o acúmulo de desvantagens (interseccionalidade) e de posicionar a visão capitalista como mais uma cosmovisão.

As metrópoles globais polarizam os municípios amazônicos na medida em que definem o ritmo de exploração de recursos naturais, sem constituir centralidade nas sedes municipais. A logística de transporte gerou um by-pass na cidade histórica ao mesmo tempo em que invisibiliza a tessitura robusta entre comunidades e territórios, que conta com registros muito claros de um periurbano estendido, que não é observado pelos instrumentos clássicos usados pelos planos diretores. Pensar políticas municipais mediadas por um polígono de perímetro urbano, pode ser desastroso neste contexto. Reforço à lógica dicotômica e negação da rica articulação existente entre cidades, vilas e localidades, que nos municípios menos convertidos, ainda são mediadas pelo manejo da biodiversidade. Este espaço, repleto de possibilidades, demanda políticas urbanas, rurais e ambientais articuladas, e apresenta pistas sobre um futuro possível, que favorecem a emergência de um urbanismo e de um planejamento que não sejam apenas citadinos, mas capazes de abarcar as complexidades contemporâneas.

Agradecimentos

Ao CNPQ (processos 308125/2018-5 e 430801/2016-5) e CAPES (bolsas dos estudantes de pós-graduação que contribuíram para esta reflexão), e aos avaliadores do artigo.

Referências

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ANGELO, H.; BASTOS, Pedro M. O imaginário do esverdeamento urbano: a natureza urbanizada na região alemã do Vale do Ruhr. *e-metropolis*, 41, 2020, p. 9 – 27.
- BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'água.
- BECKER, B. *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BRENNER, N. (org) *Implosions/ Explosions: Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014

CAMERON, R. et al. The domestic Garden – its contribution to urban green infrastructure. *Urban Forestry & Urban Greening*, 2012. doi:10.1016/j.ufug.2012.01.002

CARDOSO, A.C.; VICENTE, L.R.; BRITO, R. Espacialidades da várzea amazônica: os casos de Afuá, Mocajuba e Belém. *Paranoá*, 2021. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05>

CARDOSO, A.C.; OLIVEIRA, K.; GOMES, T. Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil. *Sustainability in Debate*, v.11, n. 1, 2020, 83-97.

CARDOSO, A. C.; VENTURA NETO, R. S. Desenvolvimentismo e mercantilização da terra: transição e resistência das várzeas paraenses. *Novos Cadernos Naea*, v. 23, n. 1, p. 219-242, jan./abr. 2020.

CARDOSO, A.C. Urbanismo na Amazônia: estudos morfológicos sobre sicionaturezas e suas articulações complexas. Memorial apresentado ao Concurso Público de Títulos e Provas para Professor Titular. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020, p. 103.

CARDOSO, A. C.; VICENTE, L. R.; OLIVEIRA, R. C. B. Os invisíveis portadores de futuro. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 19, p. 23-37, 2019.

CARDOSO, A.C.; SILVA, H.; MELO, A.C.; FERNANDES, D. Urban Tropical Forest: Where Nature and Human Settlements Are Assets for Overcoming Dependency, but How Can Urbanisation Theories Identify These Potentials? In: Horn et al. (orgs.), *Emerging Urban Spaces*, 2018, doi.org/10.1007/978-3-319-57816-3_9

CARDOSO, A. C.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. C. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, p. 121-140, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n1p121>

CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. Invisibilidade Social e Produção do Espaço Subordinado em Belém (Pa), *Paisagem & Ambiente: Ensaios*, 2018. DOI: <http://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2359-5361.V0I41P85-107>

CARDOSO, A.C.; MELO, A.C.; GOMES, T. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. *Revista de Morfologia Urbana* (2016) 4 (1), 5-28.

CARDOSO, A.C.; LIMA, J.J. Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARDOSO, A. C. *O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém*. Belém: Edufpa, 2008.

CARDOSO, A.C.; CARVALHO, G. (orgs) *Planos Diretores Participativos: Experiências Amazônicas*. Belém: Edufpa, 2007.

CARDOSO, A.C. (org.) *O Rural e o Urbano na Amazônia, diferentes olhares em perspectiva*. Belém: Edufpa, 2006.

CODEÇO CT, DAL'ASTA AP, RORATO AC, LANA RM, NEVES TC, ANDREAZZI CS, BARBOSA M, ESCADA MIS, FERNANDES DA, RODRIGUES DL, REIS IC, SILVA-NUNES M, GONTIJO AB, COELHO FC AND MONTEIRO AMV (2021) Epidemiology, Biodiversity, and Technological Trajectories in the Brazilian Amazon: From Malaria to COVID-19. *Front. Public Health* 9:647754. doi: 10.3389/fpubh.2021.647754

CORREA, R. A Rede de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Geografia*, 50(1),1988,p. 61-83.

COSTA, F. et al. Complex, diverse, and changing agribusiness and livelihood systems in the Amazon. Chapter 15 The Amazon we want. Science Panel for the Amazon, Sustainable Development Solutions Network/ UN, 2021. Disponível em <https://www.theamazonwewant.org/Chapters-in-Brief/>, acesso 15/07/2021.

COSTA, F. A Economia dos Sistemas Agroflorestais: uma trajetória camponesa na Amazônia (1995, 2006, 2017). *Nova Economia*, V.31, n.2, May-August 2021, in print.

COSTA, F. *A brief economic history of Amazon (1720-1970)*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2019.

CUSICANQUI, S. *Sociología de la Imagem. Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015

FARRET, R. Paradigma da estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: GONZALES, S. et al. (orgs) *O espaço da cidade. Contribuições à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985, p 73-90.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOLHES, R. *Cenários de Mudanças no Uso da Terra, Explorando Uma Abordagem Participativa e Multi-Escala para o Assentamento Agroextrativista do Lago Grande*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará. 2010.

GOMES, T. V.; CARDOSO, A. C.; OLIVEIRA, K.; COELHO, H. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 19, p. 891-918, 2017.

GUDYNAS, E. *Direitos da Natureza, ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.

HALL, P. *Cities in civilization*. Weidenfeld & Nicolson, London, 1998.

HECKENBERGER, M. et al. Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. *Science*, v. 321, 29, 2008, p. 1214-1217.

MALHEIROS, B. PORTO-GONÇALVES, C; MICHELOTTI, F. *Horizontes Amazônicos, para repensar o Brasil e o mundo*. São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2021.

MEIRA FILHO, A.. *Evolução de Belém do Grão-Pará*. Belém: M2P, 2015.

MELO, A. C. *O Invisível em Movimento, um estudo sobre o urbano e suas possibilidades no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, UFPA, Belém, 2020, p. 185.

MELO, A. C. *Modernização e transformações recentes nos processos intraurbanos no Sudeste do Pará*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Belém, 2015, p. 139.

MELO, A.C.; CARDOSO, A.C. Cidade Para Quem? O Descompasso entre Políticas Ambientais e Urbanas na Periferia do Capitalismo. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2014v21n29p82>

MONTE-MOR, R. Extended Urbanization and Settlement Patterns in Brazil: an Environmental Approach. In: Brenner, N. (org) *Implosions/ Explosions: Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, 2014, 109- 120.

MOURÃO, A.; COSTA, H.. A Trama Verde e Azul no planejamento territorial, aproximações e distanciamentos. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, SÃO PAULO, V.20, N.3, p.538-555, 2018.

MIRANDA, T. *As Ilusões da Igualdade, justiça ambiental e racismo em Belém*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Belém, 2020, p. 208.

MIRANDA, L.; MORAES, D. Municípios Periurbanos e Reforma Urbana, desconstruindo conceitos para construir políticas espaciais mais integradas. *Proposta*, 123, 2011, p 10-16.

MONTEIRO, M.; CARDOSO, A.C. Project URBISAmazônia: what is the nature of the urban phenomenon in the contemporary Amazônia? Cities, places, and networks in the multi-scale configuration of the urban setting in contemporary Amazônia. Newsletter of the Global Land Project, no. 8, 2012, p. 26-28.

NAKANO, k. Desenvolvimento urbano e territorial em municípios periurbanos. *Proposta*, 123, 2011, p. 4-9.

POLANYI, K. *A grande transformação*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

PONTES, L.; CARDOSO, A. C. Open spaces: windows for ecological urbanism in the Western Amazon. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, p. 96-112, 2016.

SANTOS, M. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. O território e o saber local, *Cadernos IPPUR*, 2, 1999, pp.15-20.

SCHULTZER, J.G. *Cidade e Meio Ambiente, a apropriação do relevo no Desenho Ambiental Urbano*. São Paulo: Edusp, 2012.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega.1982, p. 21-36.

STEEL, C. *Hungry City: How Food Shapes Our Lives*. NY : Vintage Books, 2013.

STOLL,E.;FISCHER, L.;FOLHES, R. Recenser la propriété en Amazonie brésilienne au tournant du xxe siècle, Des registres de terres de João de Palma Muniz aux cartes de Paul Le Cointe. *Histoïr & Measure*, 2017, doi.org/10.4000/histoiremesure.5756

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-ciborgue. In: ACSELRAD, H. *A Duração das Cidades*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 99-120.

TRINDADE JR., S-C. ; CARVALHO, G. ; MOURA, A. ; GOMES NETO, J. (Orgs.) . *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: UFPA, 2009.

TSIOMIS, Y. Urbanisation et environnement: la ville du présent et du futur. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 129-138, jul./dez, 2004.

VILLAÇA, F. (1995). *O Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.